

A nova Constituinte

Em via de normalização, depois da tragédia por que o País acaba de passar, cabe ao Governo, mais que nunca, dedicar-se com todas as suas forças ao estudo dos grandes problemas nacionais, de cujo conjunto surgirá a almejada Carta da Nova República.

O artigo passado referia-se ao problema geral das Constituintes. Tratamos ali do assunto em linhas gerais, sem especificação de países. Vamos aqui analisá-lo no caso particular de nosso Brasil.

A Proclamação da República, em novembro de 1889, com o apoio das Classes Armadas e o exílio da Família Imperial, criaram uma situação de desordem e agitação incompatível com a revolução republicana. Mau grado os rumores em contrário, a República não foi obra dos militares, se bem que as dissensões existentes em seu seio só fizessem agravar a situação.

O Governo Provisório, presidido por Deodoro, encaminhou os acontecimentos para a instalação da Assembleia Constituinte de 15 de novembro de 1891, elaborada por uma Comissão que tinha por relator o eminente jurista e estadista Rui Barbosa. Dava-se, assim, em parte, satisfação à vocação dos latino-americanos pelos textos constitucionais.

Tais foram porém os empecilhos para o implemento da Constituição de 1891 que o Governo Campos Salles recorreu a uma alternativa que consistia simplesmente em alterar um artigo do regimento da Câmara dos Deputados, pelo qual se criava uma Comissão de Verificação de Poderes, com a finalidade de submeter os resultados das eleições vindas dos Estados a uma Comissão que podia sofrer as pressões do Governo Federal.

Assim, podia o cidadão ser eleito nas urnas sem que tal valesse, antes da confirmação pela segunda barreira, a nova Comissão de Poderes.

O objetivo de Campos Salles era o de apoiar política e economicamente os Governos dos Estados para deles receber a colaboração política de que precisava. Foi o sistema chamado "política dos Governadores", que vigorou quase satisfatoriamente durante dez anos. As eleições vindas dos Estados eram revistas, validadas ou não, por decisão da Comissão de Poderes. O que já denota uma primeira tentativa de interferência do Poder Executivo no campo do Legislativo.

Este tipo de Governo vigiu durante cerca de dez anos, não sem levantar vários protestos e reações nos respectivos Estados. O conjunto desses focos oposicionistas que defrontavam o campo federal, acabou criando para este último sérias dificuldades. Estas correntes das oposições estaduais, mesmo em minoria, acabaram abalando a onipotência do Governo Federal.

Ao fim de dez anos na Presidência Afonso Penna, o seu próprio Ministro da Guerra, Marechal Hermes da Fonseca (deu um "murro na mesa"), dando corpo aos movimentos oposicionistas, criou o núcleo de um partido de oposição que acabou se consolidando sob a bandeira da Aliança Libertadora, liderada por Minas e Rio Grande do Sul. Não sem respaldo das Forças Armadas.

O decênio de 1920-30 trouxe ao poder três Presidentes do tipo chamado "forte": Epitácio, Bernardes e Washington. O choque das duas forças políticas teve lugar nas eleições de outubro de 1930, em que o candidato da Oposição, Getúlio Vargas, foi considerado vitorioso. Foi assim que assumiu o Governo do Brasil em 1930, o Dr. Getúlio Vargas.

A vitória de uma Aliança Libertadora e Liberal deu lugar à implantação de uma ditadura que durou 15 anos. Esse episódio passou a constituir um dos maiores marcos da História Política do País e do mundo civilizado.

O primeiro movimento de opinião que forçou o Governo Vargas a convocar eleições deu lugar à Constituição de 1934, a qual não chegou a ser efetivada porque o Ditador Vargas a substituiu em 1937 por um prolongamento da Ditadura — chamado Estado Novo — o qual durou até o fim da II Grande Guerra, em que a pressão da vitória dos Aliados forçou o famoso Estado Novo brasileiro a convocar eleições. Dessas resultou a Constituição de 1946, a qual, seja dito a bem da verdade, conseguiu se fazer respeitar por alguns anos, apesar de ter saído vitorioso nas eleições subsequentes. O ex-Ditador Getúlio Vargas, cuja inércia e irresponsabilidade levou-o a auto-eliminação.

Seguiu-se, depois de curto intervalo, uma Ditadura militar que durou 20 anos e acabou tendo de devolver o País aos civis, em uma situação quase caótica, da qual ora procura se desvencilhar com a implantação de uma Nova República e de uma Nova Constituinte. Oxalá consiga essa Nova República aproveitar a valiosa lição dos regimes políticos da primeira metade do século.

Assim, depois de um século, com quatro ou mais tentativas, o Brasil republicano procura encontrar um regime de Governo capaz de manter a ordem, a paz e o desenvolvimento. O maior obstáculo à vitória da atual tentativa é a de que o Brasil ainda tem muito a aprender em matéria de educação política, conquanto já não suporte aventureiros ou caudilhos. Há de apelar para muito patriotismo e para as bênçãos de Deus. Tal é o panorama retrospectivo que constitui a preciosa lição da História, que deve servir de base aos brasileiros na batalha pela Nova República.

EUGENIO GUDIN